



RELATÓRIO ANUAL 2021



Sylvamo

A Empresa de
Papel do Mundo

ÍNDICE



Mensagem da diretoria **03**



Investimentos **04**



Política de investimentos 2022 **12**



Demonstrações contábeis **18**



Notas explicativas **24**



Pareceres **58**

Mensagem da diretoria



Caro Participante, convidamos você à leitura do Relatório Anual 2021 da Previp. Com a máxima transparência, reportamos informações relevantes e resultados obtidos pela Entidade ao longo desse ano desafiador e de esforço coletivo sob as incertezas da pandemia do Covid-19 e muita disparidade no desempenho das economias pelo mundo.

Ao apresentar estas informações, a Previp reafirma seu compromisso em atender os dispositivos legais e os padrões de Governança Corporativa, com clareza, para que os participantes acompanhem o desempenho de seu plano previdenciário. A transparência é um compromisso da Entidade com os seus colaboradores e está presente em diversas esferas, prova disso foi a avaliação positiva direcionada à administração da Previp em reunião realizada entre a Entidade e o órgão regulador PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), onde a administração da Entidade foi elogiada sobre o ponto de vista de processos e governança.

A Previp vem se firmando no movimento permanente de aperfeiçoamento, profissionalismo e resultado, se tornando cada vez mais sólida e confiável, consciente de suas responsabilidades sociais, de forma legal, transparente e ética. Reforçamos os compromissos assumidos pela Entidade perante a sociedade, o governo, as patrocinadoras e especialmente, com você, que participa conosco do Plano de Aposentadoria. Juntos, somos mais fortes, tanto para levar a Sylvamo ao sucesso, quanto garantir o seu futuro com mais qualidade e confiança.

Ao finalizar esta mensagem, agradecemos a todos a confiança de sempre, depositada em nossa administração, que tem mantido uma atuação cuidadosa, responsável e alinhada aos objetivos da entidade, para continuarmos seguindo rumo a um horizonte cada vez mais promissor à Previp, gerando oportunidades para sua aposentadoria planejada.

Um Abraço



Cenário Econômico

Quem viu a previsão no final de 2020, estava otimista para o ano de 2021, um otimismo justificável, pois a promessa de avanço na vacinação e nas reformas provocou euforia em todo mercado financeiro, contudo o surgimento de novas variantes da COVID-19, descontrole inflacionário e fiscal fizeram todas as previsões não se concretizarem.

O indicador oficial da inflação em 2021 no país, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), chegou aos dois dígitos em 12 meses, pressionado pelos preços de energia elétrica em razão da crise hídrica, aumento dos combustíveis, pressões das commodities, dólar elevado entre outros fatores. Como 60% do PIB é referente ao consumo das famílias, a alta nos preços diminuiu a intenção de compra e retardou o reaquecimento da atividade econômica.

O Banco Central tem sinalizado que, em meio a projeções do mercado de inflação em alta por mais tempo, a taxa Selic deve continuar subindo, com expectativa de chegar ao final do ano em 13,75%.

Nem os juros altos foram capazes de atrair o capital internacional. A pandemia e os riscos de descontrole fiscal elevaram a cotação da moeda americana e os investidores buscaram reservas de maior segurança. O atraso com as reformas administrativa e tributária, além das manobras para furar o teto de gastos afugentaram o fluxo de capital e pesaram negativamente para o desempenho do real.

Em 2022, o mercado ainda sinaliza que continuaremos convivendo com a volatilidade, devido a alguns fatores como aumentos da Taxa de Juros (SELIC) para conter a escalada da inflação, o controle da pandemia no mundo devido ao surgimento de novas variantes, campanha eleitoral o que deve aumentar a instabilidade política e consequentemente aspectos econômicos, os principais bancos centrais do mundo devem fazer apertos monetários para conter a inflação, mas, uma série de eventos internos devem assegurar pontos a favor na economia brasileira,

como: a recuperação do mercado de trabalho, a forte expansão das safras agrícolas e a normalização das restrições de oferta na indústria.

O EUA deverá finalizar a retirada dos estímulos injetados na economia norte-americana em função da crise do coronavírus, pode-se dizer que menos dinheiro resulta em uma menor disposição para aplicar em mercados mais arriscados, também anunciou um possível aumento de taxa de juros, atraindo mais investimento para o país, isso também aumenta a volatilidade nos mercados.

A Previp decidiu após estudos diminuir a percepção de risco na Duration do Segmento de Renda Fixa (indicador em unidades de tempo que irá mostrar o prazo médio de recuperação de investimento. É utilizado para indicar os riscos de títulos de renda fixa em relação ao tempo de investimento e às mudanças nos juros), visando diminuir um pouco a volatilidade no segmento, principalmente visto nos títulos de longo prazo, ou seja, alocar em títulos de mais curto prazo e diminuir a alocação em títulos pré-fixados, mas mantendo a diversificação como fator importante para eficiência dos portfólios.

Em função do cenário desafiador que se apresenta para a economia brasileira e mundial, a Previp seguirá atenta e monitorando seus investimentos diante dos desafios que possam surgir na jornada de construção de um futuro mais tranquilo e seguro para todos.



Rentabilidades

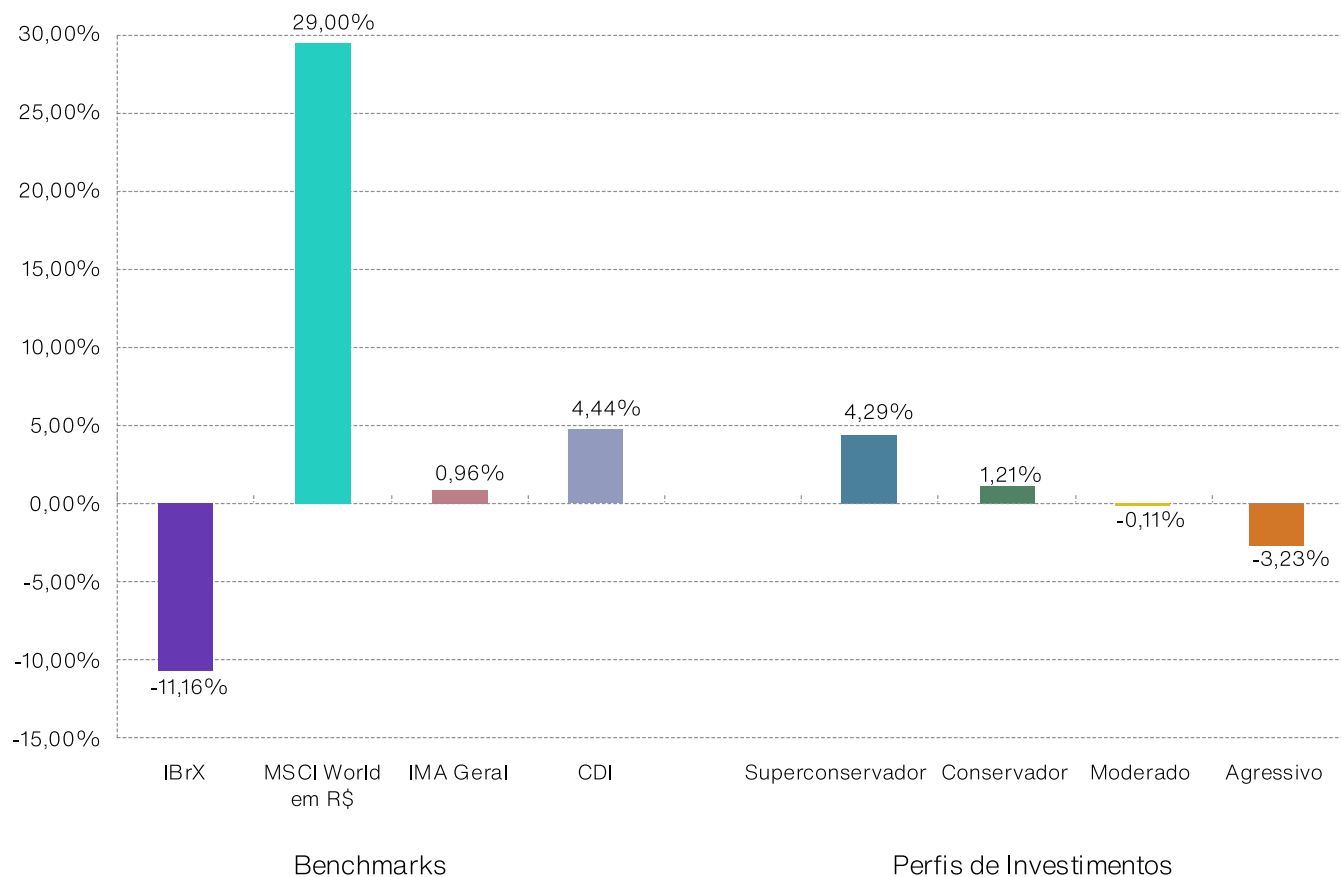
No Brasil, o Relatório Focus do início de 2021 apontava expectativa de IPCA em 3,50%, mas ao final do primeiro semestre o número esperado já estava em 6,00%, e, no final de 2021, encerrou em 10,06%, uma mudança brusca de expectativa, mesmo nos mercados desenvolvidos. E com uma inflação cada vez maior, o juro real se tornava cada vez mais negativo, com o mercado precificando essa anormalidade. Os títulos públicos prefixados e indexados à inflação abriram fortemente neste período, principalmente os de longo prazo e o Banco Central mudou o tom acelerando o processo de alta de juros para equalizar a taxa real e controlar as expectativas de inflação. A taxa SELIC iniciou o ano em 2,00% e encerrou em 9,25%, entregando uma SELIC média de 4,40%, ou seja, com uma inflação acima de 10,00%, o juro real foi bem negativo, tornando 2021 um ano totalmente atípico para o mercado brasileiro. Os índices de Renda Fixa IRF-M, índice que representa os títulos públicos prefixados, apresentou rentabilidade de -1,99% no ano, enquanto, o IMA-B, que representa os títulos públicos indexados à inflação, rentabilizou -1,26%.

Na Renda Variável apesar das expectativas otimistas do mercado no começo de 2021 o ano foi negativo para a bolsa de valores se descolando das principais bolsas do mundo, principalmente no segundo semestre, impactado pelo quadro fiscal, o FED antecipando o discurso de aumento de juros e preocupações com novas variantes da COVID. O IBRX amargou queda de -11,93% no ano, sua primeira queda anual desde 2015 quando a baixa foi de -12,41%. Em relação ao investimento no exterior o retorno positivo foi em função da performance das bolsas no exterior e desvalorização de 7,39% da nossa moeda frente ao dólar.

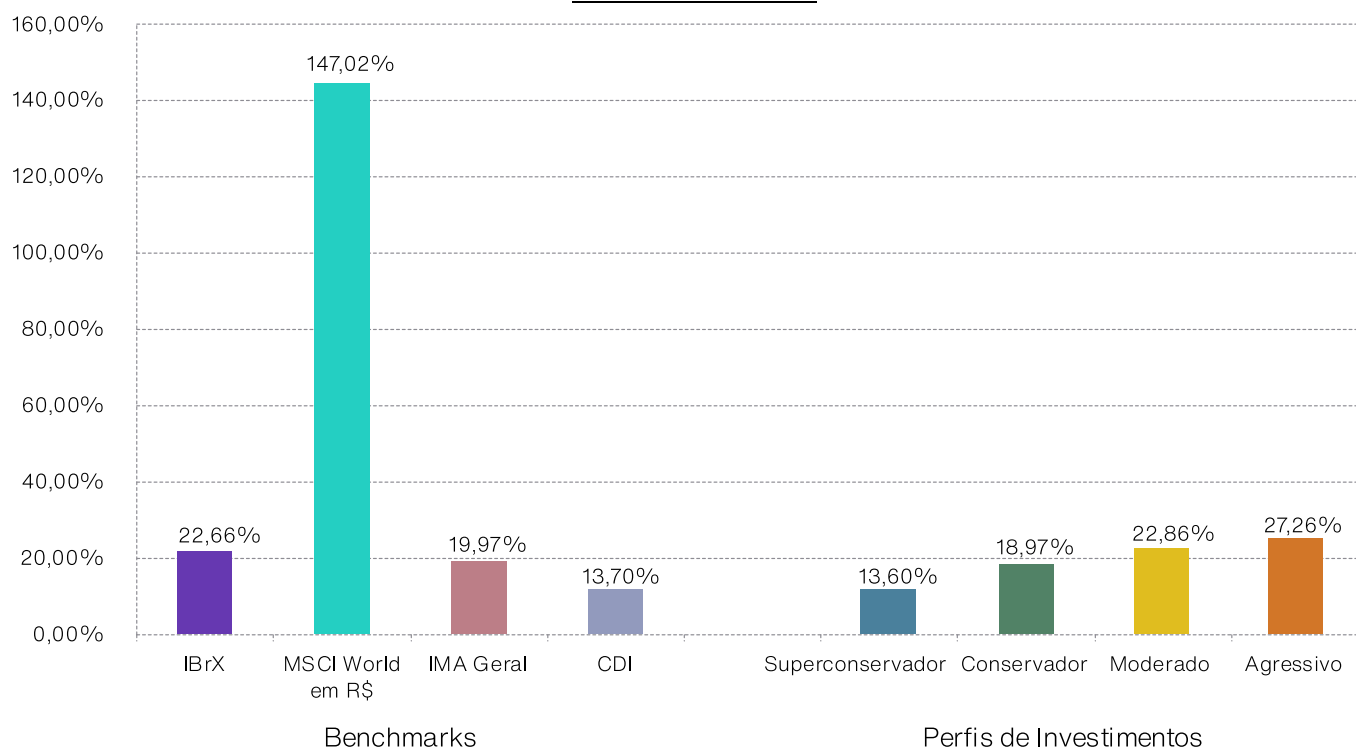
O segmento de empréstimos mostrou-se uma boa alternativa de investimento, com baixo risco de crédito e um bom retorno em relação ao CDI no mercado volátil apresentado.

Abaixo você pode analisar o impacto nas rentabilidades dos perfis de investimento da Previp no ano de 2021 e no acumulado em 36 meses, em comparação com alguns índices de mercado:

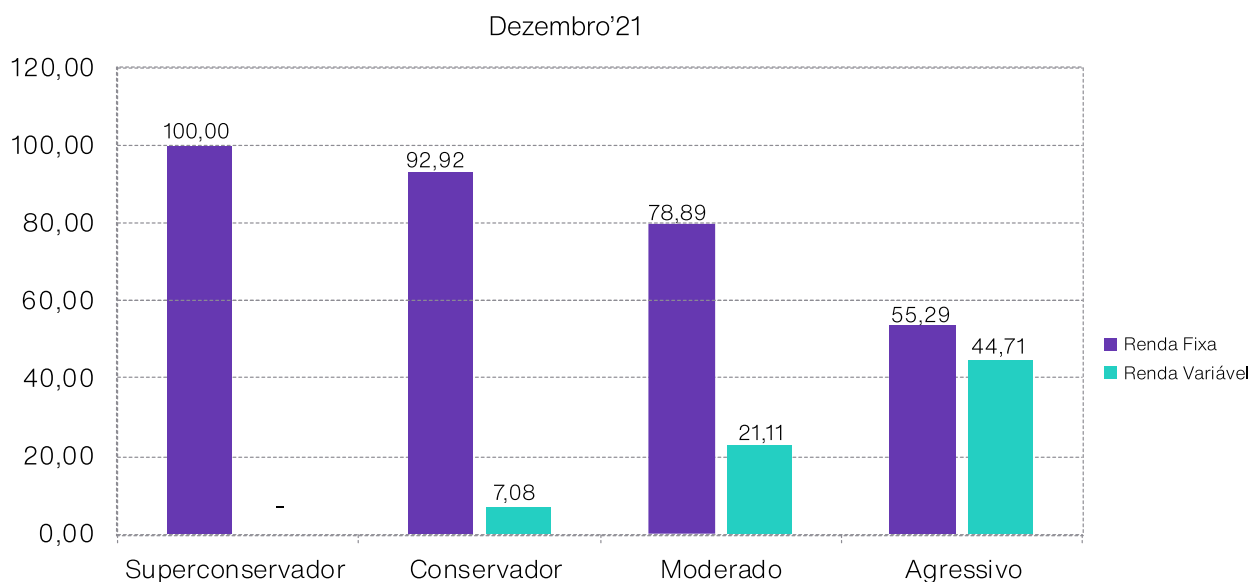
2021



Acum. em 36 meses

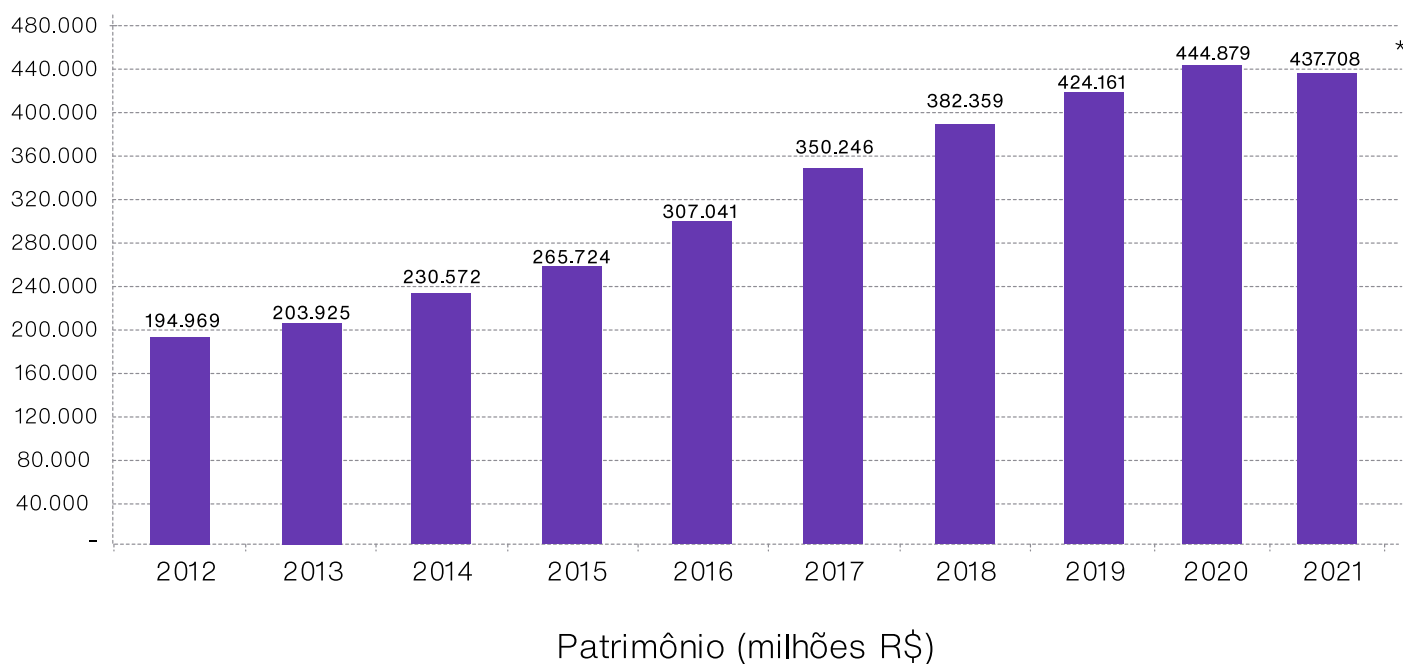


Alocação por Segmento



Política de Investimentos		
Perfis	Renda Fixa	Renda Variável
Superconservador	100,00	-
Conservador	92,00 a 99,00	1,00 a 8,00
Moderado	77,00 a 93,00	7,00 a 23,00
Agressivo	50,00 a 70,00	30,00 a 50,00

Patrimônio Total do Plano



*Considerando a retirada de PKG no valor de R\$ 16 milhões

Alocação dos Ativos

Carteira Ativa				
Segmento	Dezembro/2021		Dezembro/2020	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	268.236.650,52	82,47%	282.203.448,88	82,86%
Renda Variável	40.032.565,65	12,31%	36.827.495,63	10,81%
Empréstimos	16.984.323,48	5,22%	21.540.808,21	6,32%
Total	325.253.539,65	100,00%	340.571.752,72	100,00%

Carteira Imunizada				
Segmento	Dezembro/2021		Dezembro/2020	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	112.454.439,12	100,00%	104.307.189,09	100,00%

Total	437.707.978,77	444.878.941,81
--------------	-----------------------	-----------------------

Alocação por Gestor

Carteira Ativa		
Gestores	Valor (R\$)	(%)
Bradesco	140.105.426,06	43,08%
Western	126.386.464,67	38,86%
Santander	41.777.325,44	12,84%
Gestão Própria	16.984.323,48	5,22%
Total	325.253.539,65	100,00%

Carteira Imunizada		
Gestor	Valor (R\$)	(%)
Bradesco	112.454.439,12	100,00%

Participação em Ativos

Fundos de Investimento		
Renda Fixa		
	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO FI Multimercado Plus	01.606.552/0001-00	21.190.525,50
BRADESCO FI Renda Fixa Target	02.998.239/0001-28	39.349.051,33
BRADESCO H FI Renda Fixa Longo Prazo Volga	09.241.756/0001-05	9.297.409,27
BRADESCO FI Renda Fixa Referenciado DI Federal II	10.601.349/0001-32	95.873,30
BRADESCO FI Renda Fixa IMA Geral	11.016.883/0001-44	65.918.538,65
BRADESCO Institucional FI Renda Fixa IRF-M	18.085.876/0001-43	869.399,27
WESTERN Asset Inflation II RF FI	05.092.294/0001-42	86.518,11
WESTERN Asset Prev Fix Target RF FI	07.892.298/0001-30	17.876.869,05
WESTERN Asset Prev Fix FI Renda Fixa Credito Privado	07.894.727/0001-09	17.762.390,71
WESTERN Asset Prev Inflation Total RF FI	07.895.034/0001-30	14.147.878,45
WESTERN Asset Prev Inflation Limited RF FI	07.895.082/0001-29	1.652.169,56
WESTERN Asset Prev Inflation Plus RF FI	07.895.087/0001-51	1.794.265,79
WESTERN Asset Prev Invest RF Credito Privado FI	07.897.902/0001-11	1.415.965,12
WESTERN Asset Prev Inflação Implícita FI RF	09.087.314/0001-48	6.162.340,61
WESTERN Asset Prev Credit FI RF Credito	09.087.708/0001-04	32.083.166,17
WESTERN Asset Prev Str Cred FI RF Credito Privado	12.029.811/0001-02	2.952.629,60
WESTERN Asset Sovereign IV Ref Selic FI	15.477.891/0001-49	11.030.663,19
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	23.872.753/0001-92	283.934,92
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	29.983.496/0001-42	1.427.955,52
WESTERN Debentures de Infraestrutura FI Renda Fixa Credito Privado	29.983.516/0001-85	1.240.929,44
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	29.983.605/0001-21	335.933,55
WESTERN FI Renda Fixa Credito Privado	34.735.229/0001-96	5.072,91
SANTANDER FI Títulos Públicos RF Referenciado DI	07.966.986/0001-06	14.996.253,97
SANTANDER RF Crescimento FI	10.618.964/0001-51	8.658.886,67
SANTANDER FI IMA B 5 Premium	13.455.117/0001-01	743.683,67
SANTANDER FI IRF-M Títulos Públicos Renda Fixa	13.455.197/0001-03	5.914.107,14
SANTANDER FI IMA B Premium LP	14.504.578/0001-90	5.606.755,69
SANTANDER RF Ativo FIC	26.507.132/0001-06	1.613.882,32
Total		284.513.049,48
Renda Variável		
	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO Fundo de Investimento em Ações Selection	03.660.879/0001-96	422.722,83
BRADESCO Fundo de Investimento em Ações Dividendos	06.916.384/0001-73	89.846,71
BRADESCO Fundo de Investimento em Ações Small Cap Plus	06.988.623/0001-09	4.537.450,22
BRADESCO FIC Ações Institucional IBRX	14.099.976/0001-78	10.753.409,11
BRADESCO Global FIA IE	18.085.924/0001-01	3.857.587,57
WESTERN Asset Prev IBRX Ativo Acoes FI	05.092.264/0001-36	12.760.436,77
WESTERN Asset FI Ações BDR Nivel I	19.831.126/0001-36	357.008,23
WESTERN Asset Global Equities FI em Ações Invest. Exterior	29.982.932/0001-69	3.010.348,39
SANTANDER Fundo de Investimento IBRX Ações	04.073.702/0001-56	3.254.833,12
SANTANDER FI Global Equities Mult	41.687.262/0001-53	988.922,60
Total		40.032.565,55
Total Fundos de Investimentos		324.545.615,03
Total Títulos Públicos		96.178.040,26
Total Geral		420.723.655,29

Auditoria de Gestão

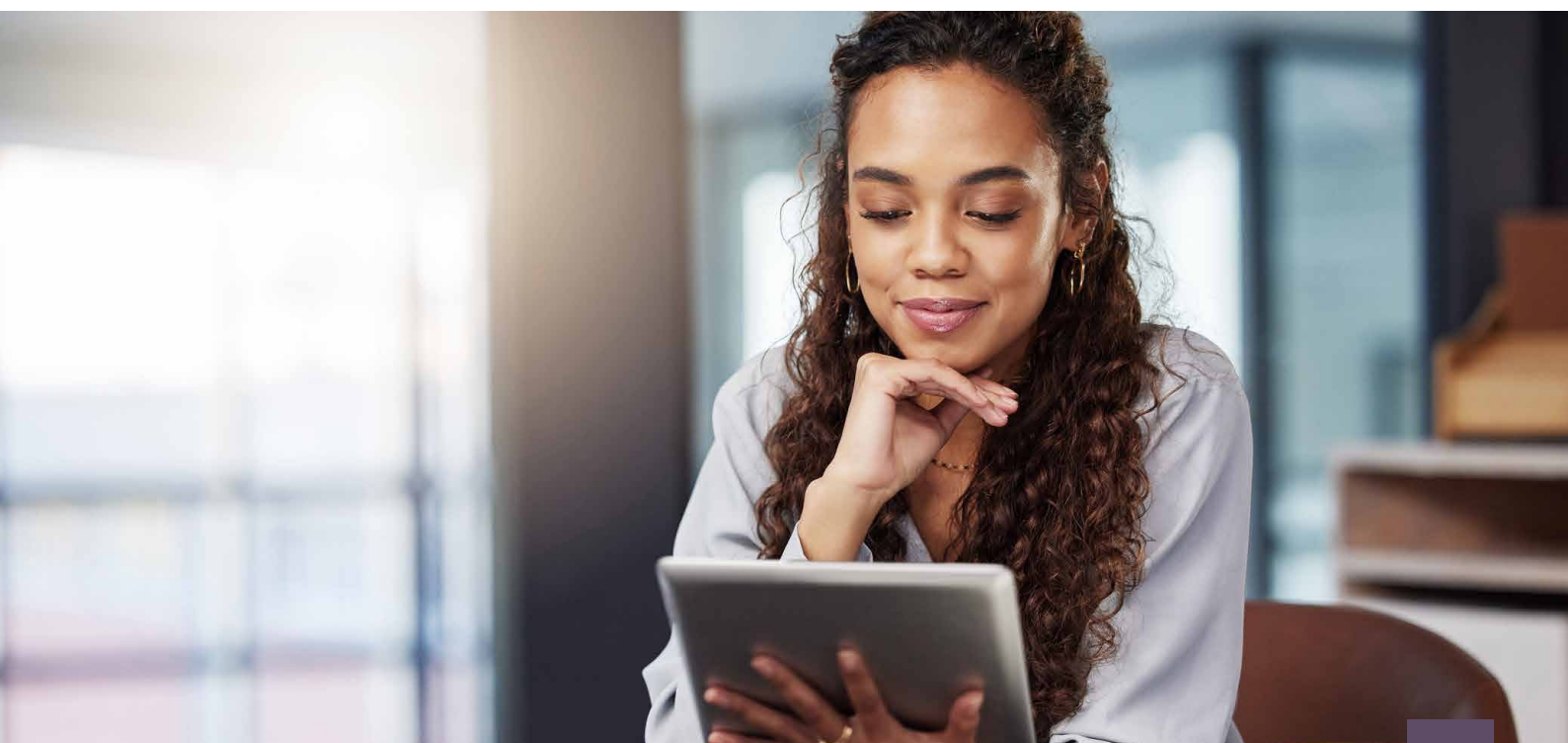
Nome	CNPJ	Responsável
KPMG Auditores Independentes	57.755.217/0001-29	Mark Suda Yamashita

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Nome
Eduardo Pires Zambon

Custos com a Administração do Plano

Terceiros	Auditoria	Despesas Gerais	Tributos	Total
1.346.683,44	66.473,33	110.069,96	99.637,32	1.622.864,05



Política de investimentos 2022



Faixa de alocação entre os segmentos de aplicação

Segmento de Aplicação	Superconservador		Conservador		Moderado		Agressivo	
	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Max. (%)
Renda Fixa (A)	100	100	67	99	62	93	35	70
Inv. Estruturados - Brasil (B)	-	-	0	10	0	15	0	15
Inv. Estruturados - Exterior (C)	-	-	0	0	0	0	0	0
(A) + (B) + (C)	100	100	67	99	62	93	35	70
Renda Variável - Brasil (D)	-	-	1	8	6	22	25	45
Renda Variável - Exterior (E)	-	-	0	3	1	8	5	10
(D) + (E)	-	-	1	8	7	23	30	50
Empréstimos	-	-	0	15	-	-	-	-

Data da Ata de Aprovação do Conselho Deliberativo: 30 de Dezembro de 2021.

Considerações:

Os recursos de cada participante serão alocados em apenas um dos perfis de investimentos disponibilizados.

A alocação no segmento de investimentos estruturados, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de renda fixa, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Fixa e Investimentos Estruturados não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Fixa.

A alocação no segmento de investimento no exterior, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de renda variável, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Variável e Investimentos no Exterior não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Variável.

Objetivos e Diretrizes da Gestão:

Carteira Segregada

A carteira de investimento dos profissionais inativos que possuem benefícios concedidos e a conceder na forma de renda vitalícia, estão alocados em uma carteira dedicada a gestão do casamento do fluxo de caixa do pagamento dos benefícios projetados.

Para a definição da estratégia de gestão, foi realizado um estudo de imunização da carteira, no qual foi definida uma carteira de renda fixa indexada que se comporte de forma semelhante aos passivos relacionados aos benefícios de renda vitalícia. Os títulos componentes dessa carteira poderão ser classificados como mantidos até o vencimento e, dessa forma, marcados na curva do papel.

Para o longo prazo foi estabelecida como meta a taxa mínima atuarial (INPC + 4,89% a.a.). A Previp acompanhará o desempenho dos investimentos do plano e poderá realizar estudos de otimização de carteiras visando à obtenção das metas de longo prazo.

Carteira Ativa

A meta gerencial estabelecida para as demais carteiras é o benchmark do Perfil Conservador: 87% (55% IMA-S + 35% IMA-B5 + 5% IRF-M + 5% IMA-B5+) + 6% IBrX + 2% (MSCI WI cotado em reais) + 5% CDI. O risco da carteira de **Renda Fixa** será medido pelo benchmark VaR, considerando o período de 21 dias úteis e intervalo de confiança de 95%. O nível máximo aceitável é de 1,5%, sendo que o benchmark definido para o Perfil Superconservador será o **CDI**, para o Perfil Conservador será **55% IMA-S + 35% IMA-B5 + 5% IRF-M + 5% IMA-B5+**, para o Perfil Moderado foi definido **45% IMA-S + 38% IMA-B5 + 7% IRF-M + 10% IMA-B5+** enquanto para o Perfil Agressivo foi definido **35% IMA-S + 40% IMA-B5 + 10% IRF-M + 15% IMA-B5+**.

Esses índices são amplamente confiáveis, divulgados e bem estruturados pela ANBIMA, associação que representa diversas instituições financeiras e é porta voz do mercado de capitais, permitem escolher melhor as comparações de aplicações, refletem a estratégia da dívida pública brasileira, são replicáveis ou seja, é possível fazer aplicações no mercado seguindo a carteira do índice e permite o olhar para o longo prazo.

Para **Investimentos Estruturados**, o benchmark definido foi o **CDI**. Para a obtenção do retorno desejado, o risco admitido está associado a um VaR de 2,5% para o horizonte de 1 dia útil e intervalo de confiança de 95%.

Para **Renda Variável** que compõe os Perfis Conservador, Moderado e Agressivo o limite de risco definido foi um benchmark VaR de 5% em relação ao benchmark, em um período de 21 dias úteis com um nível de confiança de 95%, sendo o benchmark **IBrX**.

Para **Investimentos no Exterior** que compõem os Perfis Conservador, Moderado e Agressivo, aceita-se um Tracking Error de 32,0% ao ano em relação ao benchmark, sendo 100% o benchmark **MSCI WORLD INDEX em Reais** (índice de ações de referência global que contempla 23 países de mercados desenvolvidos), usado como um ponto de referência comum para fundos globais.

Para os **Empréstimos** que compõe o Perfil Conservador, o benchmark é o **CDI**.

Responsabilidades dos Administradores e Gestores de Recursos

Os administradores e gestores de recursos devem:

- Estar autorizados pelo Banco Central (“BACEN”) e serem registrados na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a prática do serviço terceirizado de gestão de recursos;
- Realizar a gestão dos ativos da Entidade, de forma discricionária, conforme a legislação em vigor e as restrições e diretrizes contidas nesta Política de Investimentos e em qualquer outro documento suplementar que a Entidade vier a prover;
- Aplicar os recursos ou parte dos recursos da Entidade em fundos de investimentos somente se os ativos das carteiras dos mesmos forem permitidos pela legislação em vigor e pelas restrições e diretrizes contidas nesta Política de Investimentos e em qualquer outro documento suplementar que a Entidade vier a prover;
- Aplicar recursos exclusivamente em títulos e valores mobiliários detentores de identificação com código ISIN (International Securities Identification Number).
- Garantir a precificação dos valores de todos os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras de investimentos da Entidade e fundos de investimentos nos quais são aplicados recursos da Entidade a preços de mercado, chamada de “Marcação a Mercado”, salvo os títulos que a Entidade manifestar por escrito, a intenção de manter em carteira até o vencimento;

- Determinar a alocação tática de recursos e a seleção de títulos e valores mobiliários de acordo com seus mandatos de investimentos;
- Reunir-se com a Entidade para apresentar suas análises de performance dos investimentos e para descrever suas estratégias de investimentos presente e futuras de acordo com seus mandatos de investimentos. As reuniões com os administradores podem ocorrer em qualquer forma e tempo, conforme agenda determinada pela Entidade, em comum acordo com os administradores;
- Fornecer para a Entidade relatórios mensais sobre a posição patrimonial administrada, segmentada em classes de ativos e taxas de retornos obtidas;
- Prontamente notificar a Entidade caso, em algum momento, exista um investimento ou grupo de investimentos que estejam em desacordo com o documento mandato ao gestor ou disposições legais;
- Investir em fundos de investimento, criados e mantidos conforme a legislação em vigor, que possuam política de investimentos e estatutos que não conflitem com a presente Política de Investimentos. Identificar aspectos do documento mandato ao gestor, tangíveis às funções do administrador ou gestor, passíveis de revisão em virtude de novas estratégias de investimentos ou mudanças no mercado de capitais, caso julguem pertinentes;
- Explicar as características de outras classes de ativos a serem consideradas e como essas classes poderiam apoiar na determinação dos objetivos da Entidade, obtenção de retornos ou redução de riscos;
- Informar prontamente a Entidade caso da existência de algum elemento no Documento Mandato ao Gestor que inviabilize a obtenção dos objetivos da Entidade;
- Fornecer prontamente aos agentes custodiantes todas compras e vendas de títulos e valores mobiliários individuais;
- Informar a Entidade sobre todos e quaisquer custos envolvidos na administração dos recursos, tais como: taxa de administração, taxa de performance, auditoria, corretagem, publicação;
- Informar a Entidade sobre sua política de corretagem, repasse de quaisquer descontos nas taxas básicas de corretagem, obtidas pelo “asset manager”;
- Responsabilizar-se por uma administração ética, transparente e objetiva;

- Administrar os recursos da Entidade respeitando todos os limites e disposições legais como se fosse o único administrador de recursos da Entidade;
- Assumir toda responsabilidade, incluindo o ressarcimento de multas ou perdas, provenientes do descumprimento de suas responsabilidades, quando comprovada em juízo sua culpa ou dolo, e na forma e limites estabelecidos no contrato celebrado com a Entidade;
- Negociar títulos e valores mobiliários do segmento de renda fixa preferencialmente por meio de plataformas eletrônicas de negociação administradas por entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN ou pela CVM;
- Quando operar em meio distinto às plataformas eletrônicas, devem informar à Entidade todos os valores negociados em mercado diverso (compra e/ou venda) de quaisquer operações de renda fixa de carteiras administradas ou fundos de investimentos exclusivos juntamente com as referências de mercado definidas conforme a legislação em vigor.

A escolha das instituições gestoras para a administração dos recursos do plano é feita com base em parâmetros quantitativos e qualitativos. Na escolha dos gestores das carteiras são considerados os seguintes fatores:

- Experiência em administração de recursos de fundos de pensão no Brasil
- Qualificação e experiência dos profissionais responsáveis pelos serviços
- Estrutura organizacional e processos de gestão, incluindo:
 - Recursos de pesquisa (“research”)
 - Sistemas de comitês e processos de decisão
 - Regras estabelecidas e seguidas pelo gestor, no sentido de que a legislação, os contratos, e as normas e procedimentos definidos pelas autoridades (e.g., Banco Central e/ou CVM) e por outros participantes (e.g., bolsas e centrais de liquidação) sejam rigorosamente cumpridas (“compliance”)
- Resultados históricos (“track record”), em termos de Retornos/Riscos
- Qualidade dos serviços de relatórios ao cliente, incluindo a presteza no envio de informações periódicas
- Qualidade dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários terceirizados
- Custos envolvidos nos serviços, incluindo taxas de administração, corretagem e outros
- Classificação (“Rating”) da unidade administradora de recursos

- Credenciamento, perante a Comissão de Valores Mobiliários e/ou o Banco Central do Brasil, como administrador de recursos de investidores institucionais

Os administradores e gestores de recursos são selecionados, através de parâmetros de qualificação tais como: solidez, capacitação técnica ao atendimento dos objetivos da Entidade, representatividade da carteira de clientes, manutenção da base de clientes, qualidade e manutenção do quadro de profissionais envolvidos na gestão dos recursos, entre outros. Para auxiliar a Entidade na contratação e avaliação de administradores e gestores de recursos, a Entidade pode contratar consultoria especializada.

A seleção de ativos é realizada pelos administradores e gestores de recursos contratados, que, dentro dos critérios e limites impostos por esta política de investimentos e pela legislação em vigor, têm liberdade na escolha dos ativos a serem adquiridos, e desde que adequados ao mandato estipulado pela Entidade.

Os custodiantes deverão:

- Liquidar e registrar todas as operações da Entidade em contas segregadas e mantidas com o fim único de exercer serviços de custódia e liquidação de operações da Entidade.
- Responsabilizar-se pela verificação do cumprimento dos procedimentos adotados nessa política pelos administradores de recursos.
- Notificar a Entidade sobre qualquer descumprimento dos administradores de recursos aos procedimentos adotados nessa política de investimentos, no documento “mandato ao gestor” e no regulamento do fundo.
- Verificar se a composição de ativos da carteira de investimentos da Entidade está de acordo com os níveis de risco admitidos pela Entidade.
- Emitir relatórios mensais sobre a composição patrimonial total e segmentada dos investimentos da Entidade e suas respectivas rentabilidades.
- Verificar, diariamente, o cumprimento de limites e disposições legais.
- Se responsabilizar por qualquer fato sob seu controle ou conhecimento que não tenha sido informado à Entidade e que lhe tenha causado alguma perda ou danos.

A política entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, podendo ser revista a qualquer momento pela Previp dentro das regras estabelecidas pelo Estatuto da Sociedade e comunicada às Instituições Financeiras administradoras dos recursos da entidade e aos participantes do Plano, através do site da Entidade.

Demonstrações contábeis



Balanço Patrimonial (R\$ MIL)

Apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em determinada data

Ativo	31/12/2021	31/12/2020	Notas Explicativas
Disponível	1.597	21	4
Realizável	437.846	445.299	5-6
Gestão Previdencial	103	381	5
Gestão Administrativa	35	39	6
Investimentos	437.708	444.879	7
Títulos Públicos	96.178	87.127	
Fundos de Investimento	324.546	336.211	
Empréstimos e Financiamentos	16.984	21.541	
Total do Ativo	439.443	445.320	

Passivo	31/12/2021	31/12/2020	Notas Explicativas
Exigível Operacional	200	491	8-9-10
Gestão Previdencial	70	329	8
Gestão Administrativa	67	134	9
Investimentos	63	28	10
Exigível Contingencial	81	59	11
Gestão Previdencial	81	59	
Patrimônio Social	439.162	444.770	12-13
Patrimônio de Cobertura do Plano	438.069	444.054	
Provisões Matemáticas	419.234	435.438	12
Benefícios Concedidos	163.127	163.519	
Benefícios a Conceder	256.107	271.919	
Equilíbrio Técnico	18.835	8.616	
Resultados Realizados	18.835	8.616	13
Superávit Técnico Acumulado	18.835	8.616	
Fundos	1.093	716	14-15
Fundos Previdenciais	1.091	451	14
Fundos Administrativos	2	265	15
Total do Passivo	439.443	445.320	

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (R\$ MIL)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Social da Entidade, em um certo intervalo de tempo

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	444.770	424.096	4,87%
1. Adi��o�es	37.801	48.392	(21,85%)
Contribui��o�es Previdenciais	18.113	20.448	(11,31%)
Portabilidade	-	24	(100,00%)
Outras Adi��o�es Previdenciais	3	-	100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	18.324	25.868	(29,16%)
Receitas Administrativas	1.361	2.033	(33,05%)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	19	(100,00%)
2. Dedu��o�es	(43.409)	(27.718)	56,75%
Benefícios	(27.421)	(20.408)	34,36%
Resgates	(12.893)	(2.767)	365,96%
Portabilidade	(1.242)	(2.275)	(45,41%)
Desoneração de Contribui��o�es de Patrocinador(es)	(208)	(25)	100,00%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(21)	(59)	(64,41%)
Despesas Administrativas	(1.623)	(2.184)	(25,69%)
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(1)	-	100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(5.608)	20.674	(127,13%)
Provis��o�es Matemáticas	(16.204)	21.511	(175,33%)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	10.219	(938)	(1.189,45%)
Fundos Previdenciais	640	233	174,68%
Fundos Administrativos	(263)	(132)	99,24%
4. Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	0,00%
5. Opera��o�es Transitórias	-	-	0,00%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A + 3 + 4 + 5)	439.162	444.770	(1,26%)

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Por Plano de Benefícios (R\$ MIL)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido da Entidade, em um certo intervalo de tempo

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação (%)
A) Ativo Líquido - In��cio do Exercício	444.505	423.699	4,91%
1. Adi��o�es	37.738	47.566	(20,62%)
Contribui��o�es	19.411	21.674	(10,34%)
Portabilidade	-	24	(100,00%)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	18.324	25.868	(29,16%)
Outras Adi��o�es	3	-	100,00%
2. Dedu��o�es	(43.083)	(26.760)	61,15%
Benefícios	(27.421)	(20.408)	34,36%
Resgates	(12.893)	(2.767)	365,96%
Portabilidade	(1.242)	(2.275)	(45,41%)
Desoneração de Contribui��o�es de Patrocinador(es)	(208)	(25)	100,00%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(21)	(59)	(64,41%)
Custeio Administrativo	(1.298)	(1.226)	5,87%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(5.345)	20.806	(125,69%)
Provis��o�es Matemáticas	(16.204)	21.511	(175,33%)
Fundos Previdenciais	640	233	174,68%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	10.219	(938)	(1.189,45%)
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	0,00%
5. Opera��o�es Transitórias	-	-	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4+5)	439.160	444.505	(1,20%)
C) Fundos não Previdenciais	(263)	(132)	
Fundos Administrativos	(263)	(132)	



Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (R\$ MIL)

Apresenta a parcela do Ativo destinada à cobertura dos benefícios do Plano

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação (%)
1. Ativos	440.231	445.186	(1,11%)
Disponível	1.597	21	7.504,76%
Recebíveis Previdencial	958	645	48,53%
Investimentos	437.676	444.520	(1,54%)
Títulos Públicos	96.178	87.127	10,39%
Fundos de Investimento	324.514	335.852	(3,38%)
Empréstimos e Financiamentos	16.984	21.541	(21,16%)
2. Obrigações	1.069	416	156,97%
Operacional	988	357	176,75%
Contingencial	81	59	37,29%
3. Fundos não Previdenciais	2	265	(99,25%)
Fundos Administrativos	2	265	(99,25%)
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	439.160	444.505	(1,20%)
Provisões Matemáticas	419.234	435.438	(3,72%)
Superávit/Déficit Técnico	18.835	8.616	118,60%
Fundos Previdenciais	1.091	451	141,91%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	21.716	14.519	(100,00%)
a) Equilíbrio Técnico	18.835	8.616	(100,00%)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2.881	5.903	(100,00%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	21.716	14.519	(100,00%)

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

(R\$ MIL)

Registra as atividades referentes à Gestão Administrativa da Entidade

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	265	397	(33,25%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.361	2.052	(33,67%)
1.1. Receitas	1.361	2.052	(33,67%)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.297	1.226	5,79%
Custeio Administrativo dos Investimentos	64	807	(92,07%)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	-	19	(100,00%)
2. Despesas Administrativas	1.623	2.184	(25,69%)
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	1.623	2.184	(25,69%)
Treinamentos/Congressos e Seminários	2	-	100,00%
Serviços de Terceiros	1.411	2.010	(29,80%)
Despesas Gerais	110	42	161,90%
Tributos	100	132	(24,24%)
2.2. Provisão para Perdas Estimadas	-	-	0,00%
2.3. Administração Assistencial - Despesas e Constituição/Reversão de Contingências	-	-	0,00%
2.4. Remuneração - Antecipação de Contribuições dos Patrocinadores	-	-	0,00%
2.5 Fomento	-	-	0,00%
2.6 Outras Despesas	-	-	0,00%
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	-	-	0,00%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	0,00%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	(1)	-	100,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(263)	(132)	99,24%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(263)	(132)	99,24%
8. Operações Transitórias			0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	2	265	(99,25%)

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (R\$ MIL)

Representam a totalidade dos compromissos do plano de benefícios previdencial

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	440.229	444.921	(1,05%)
1. Provisões Matemáticas	419.234	435.438	(3,72%)
1.1. Benefícios Concedidos	163.127	163.519	(0,24%)
Contribuição Definida	75.514	74.884	0,84%
Benefício Definido	87.613	88.635	(1,15%)
1.2. Benefício a Conceder	256.107	271.919	(5,81%)
Contribuição Definida	250.097	264.852	(5,57%)
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	103.274	108.758	(5,04%)
Saldo de contas - parcela participantes	142.119	150.744	(5,72%)
Saldo de contas - parcela participantes portada de EFPC	3.119	3.744	(16,69%)
Saldo de contas - parcela participantes portada de EAPC	1.585	1.606	(1,31%)
Benefício Definido	6.010	7.067	(14,96%)
2. Equilíbrio Técnico	18.835	8.616	118,60%
2.1. Resultados Realizados	18.835	8.616	118,60%
Superávit Técnico Acumulado	18.835	8.616	118,60%
Reserva de Contingência	18.116	8.616	110,26%
Reserva para Revisão de Plano	719	-	100,00%
3. Fundos	1.091	451	141,91%
3.1. Fundos Previdenciais	1.091	451	141,91%
4. Exigível Operacional	988	357	176,75%
4.1. Gestão Previdencial	925	329	181,16%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	63	28	125,00%
5. Exigível Contingencial	81	59	37,29%
5.1. Gestão Previdencial	81	59	37,29%



1. Contexto Operacional

A Previp - Sociedade de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 1.859 do Ministério da Previdência Social - MPS por prazo indeterminado em 24 de fevereiro de 1995.

A Previp possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo por objetivo complementar os benefícios assegurados pela previdência social oficial, e administra o Plano Previp de benefícios previdenciais, patrocinado pelas seguintes empresas:

- Embacorp da Amazônia Soluções em Embalagens de Papel Ltda. (retirada 18/08/2021);
- Klingele Paper Nova Campina Ltda. (anteriormente denominada Embacorp Soluções em Embalagens de Papel Ltda.) (retirada 18/08/2021);
- Sylvamo do Brasil Ltda.;
- Sylvamo Exports Ltda.;
- Sylvamo Comercial Ltda.;
- Sylvamo Agroflorestal Ltda.

A Previp administra 01(um) plano de benefício previdencial:

Plano(s) de Benefícios	CNPB	Modalidade
Plano Previp	1995.0014-65	Contribuição Variável

A Previp possuía em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as seguintes quantidades de participantes:

	2021	2020
Ativos	3.947	4.322
Assistidos	274	273
Autopatrocinados	41	42
Participantes em BPD (*)	154	123
Total	4.416	4.760

(*) Referem-se aos participantes desligados aguardando a data de elegibilidade ao Benefício Proporcional Diferido.

A população da Entidade apresentava as seguintes faixas de idades segregadas por Sexo/Idade em 31 de dezembro:

Descrição	Quantidade					
	Participantes		Assistidos Aposentados		Assistidos Beneficiários de Pensão	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Até 24 anos	136	237	-	-	1	1
De 25 a 34 anos	230	790	-	-	-	1
De 35 a 54 anos	319	1.947	-	-	-	2
De 55 a 64 anos	31	398	10	130	-	3
De 65 a 74 anos	2	48	2	94	-	7
De 75 a 84 anos	1	3	-	16	-	4
Mais de 85 anos	-	-	-	1	-	2
Total 2021	719	3.423	12	241	1	20
Total 2020	707	3.780	45	208	17	3

Foi publicada no Diário Oficial da União no dia 18 de agosto de 2021 a portaria nº 537 de 13.08.2021, a qual autorizou a retirada de patrocínio da patrocinadora Klingele Paper Nova Campina Ltda. (anteriormente denominada Embacorp Soluções em Embalagens de Papel Ltda.), CNPJ nº 32.779.402/0001-22, do Plano Previp, CNPB nº 1995.0014-65, administrado pela Previp - Sociedade de Previdência Complementar.

Foi publicada no Diário Oficial da União no dia 18 de agosto de 2021 a portaria nº 537 de 13.08.2021, a qual autorizou a retirada de patrocínio da patrocinadora Embacorp da Amazônia Soluções em Embalagens de Papel Ltda., CNPJ nº 04.398.525/0001-88, do Plano Previp, CNPB nº 1995.0014-65, administrado pela Previp - Sociedade de Previdência Complementar.

As retiradas acima iniciaram-se em agosto de 2021 e foram encerradas em janeiro de 2022.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Previp foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis aplicáveis às EFPC.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos e resultado proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, conforme segue:

- **Gestão Previdencial:** atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos de benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

- **Gestão Administrativa:** atividade de registro e de controle inerentes à administração dos Planos de Benefícios;
- **Investimentos:** registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativo – PGA.

Conforme Resolução vigente, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- **Balanço Patrimonial – BP:** apresenta de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS:** apresenta de forma consolidada, as movimentações ocorridas no Patrimônio Social dos planos da Entidade;
- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL:** apresenta por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais dos planos da Entidade;
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL:** apresenta por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido no exercício;
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA:** apresenta de forma consolidada, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as movimentações do fundo administrativo ocorridas no exercício;
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT:** apresenta por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas no final do exercício;

Notas Explicativas – Apresenta as políticas contábeis significativas e outras informações.

Em 24 de agosto de 2020 foi publicada a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, que reestrutura o plano de contas padrão das entidades fechadas de previdência complementar, instruindo a função e funcionamento das contas contábeis, implementando o envio das Informações Extracontábeis – que complementa os dados relativos aos déficits técnicos e investimentos das EFPC mensalmente, e estabelecendo normas para os procedimentos contábeis, forma, meio e periodicidade de envio das demonstrações contábeis.

A instrução supracitada entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 e para os demonstrativos contábeis de 2021, foi necessária a adequação dos dados de 2020 para a nova estrutura, conforme demonstrado na nota nº 21-a.

As demonstrações contábeis elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 30 de março de 2022.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão resumidas a seguir:

a) Apuração do Resultado

As “Adições” e “Deduções” da Gestão Previdencial, “Receitas” e “Despesas” da Gestão Administrativa, as “Rendas/Variações Positivas” e “Deduções/Variações Negativas” do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As contribuições dos participantes vinculados (autopatrocinados e/ou participantes em benefício proporcional diferido - BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

b) Provisões Matemáticas

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas por atuário contratado pela Previp e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício conforme as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade e de acordo com o regulamento do respectivo plano de benefícios.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis.

Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

d) Operações Administrativas

Fundo administrativo

Em conformidade com a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, os registros das operações administrativas deverão ser efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O patrimônio do PGA é constituído da seguinte forma:

- a)** Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados no Fundo Administrativo;
- b)** As despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, serão deduzidas do Fundo Administrativo;
- c)** A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será creditada mensalmente ao Fundo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado do plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Fontes de Custeio das Despesas

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Previp, e estão em conformidade com a Resolução CNPC nº 48, datada de 08 de dezembro de 2021 e alterações posteriores:

■ Custeio Administrativo da Gestão Previdencial

Correspondem às entradas de contribuições administrativas das patrocinadoras, autopatrocinados e BPD's, conforme previsto no regulamento e no plano de custeio anual da Entidade.

■ Custeio Administrativo de Investimentos

Correspondem à transferência mensal de parte dos recursos provenientes do resultado dos investimentos, conforme previsto no plano de custeio e orçamento anual da Entidade.

e) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) serão registradas para os direitos creditórios mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os ativos sujeitos à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) serão apresentados por seu valor líquido. As PCLD deverão ser constituídas por meio da adoção dos seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, conforme a Instrução PREVIC nº 31/2020:

- I.** Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II.** Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- III.** Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- IV.** Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- V.** Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- VI.** Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- VII.** Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

Até o exercício de 2020, os percentuais para a constituição da provisão estavam em consonância com a legislação vigente à época (Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009).

f) Realizável

Gestão Previdencial

O realizável previdencial é representado pelos recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, a provisão de valores creditórios de liquidação duvidosa e judiciais/recursais da gestão previdencial.

Gestão Administrativa

O realizável administrativo é representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

Fluxo dos Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes:

■ Renda Fixa

Os investimentos em Títulos Públicos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, a saber:

Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados independente do prazo a decorrer da data da aquisição. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício.

Títulos mantidos até o vencimento - com prazo a decorrer mínimo de 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade possui capacidade financeira e intenção de mantê-los na carteira até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que são corrigidos pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados a valor presente na data de liquidação, reconhecidos nas demonstrações das mutações do patrimônio social e na demonstração da mutação do ativo líquido.

■ Fundos de Investimentos

As aplicações em fundos de investimentos estão registradas pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas, o qual, para valorização, é dividido pela fração ideal denominada cota, registrada com a instituição administradora/ custodiante.

A valorização da aplicação é realizada diariamente, multiplicando-se a quantidade de cotas pelo valor da cota atualizada. A valorização ou a desvalorização apurada é apropriada na contabilidade da Entidade mensalmente.

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro é apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos.

■ Operações com Participantes

Referem a operações de empréstimos a participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. As operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

g) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

h) Exigível Contingencial

Decorrente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais.

Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- Prováveis: para os quais são constituídas provisões;
- Possíveis: somente são divulgados em notas explicativas, sem que sejam registrados;
- Remotas: não requerem provisão e divulgação nas demonstrações contábeis.

Em dezembro de 2021 e 2020 a Entidade não possuía nenhuma ação judicial que fosse classificada como provável ou possível de perda.

4. Disponível

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	2021	2020
Banco Santander S.A.	1.577	10
Santander Asset Management Ltda.	15	6
Banco Bradesco	1	-
Western Asset Management Company DTVM Ltda.	4	5
	1.597	21

5. Realizável – Gestão Previdencial

Registra os valores a receber relativos à gestão previdencial.

	2021	2020
Contribuições do mês	22	30
Depósitos Judiciais/Recurais	81	59
Benefícios pagos a maior	-	5
Outros Realizáveis	-	287
	103	381

a) Contribuições do mês

Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais e extraordinárias mensais devidas pelos patrocinadores, instituidores, participantes, autopatrocinados e participantes em BPD.

	2021	2020
Autopatrocinados	22	30

b) Depósitos Judiciais / Recursais

Refere-se a depósitos judiciais

	2021	2020
Outros	22	30

c) Outros Realizáveis - Previdencial

Referem-se a outros realizáveis da gestão previdencial.

	2021	2020
Transferência entre perfis ⁽¹⁾	-	287
Benefícios pagos a maior	-	5
	-	292

(1) Registra as movimentações a serem efetuadas entre os perfis de investimentos, respeitando as definições estratégicas da entidade.

6. Realizável – Gestão Administrativa

Registra os valores a receber relativos à gestão administrativa.

	2021	2020
Contribuições para custeio	32	3
Despesas antecipadas	3	-
Tributos a compensar	-	2
Outros realizáveis	-	34
	35	39

a) Contribuições para custeio

Referem-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo devidas pelos patrocinadores, autopatrocinados e participantes em BPD.

	2021	2020
Patrocinador(es)	30	-
Autopatrocinados	2	3
	<u>32</u>	<u>3</u>

b) Despesas Antecipadas

Referem-se a pagamento de despesas antecipadas que serão alocadas no resultado nos meses subsequentes.

	2021	2020
Impostos, Taxas e Contribuições	3	-

c) Tributos a compensar

Refere-se ao direito da Entidade de restituição de impostos junto à Receita Federal do Brasil - RFB decorrente de recolhimento indevido / a maior.

	2021	2020
Imposto de Renda	-	1
PIS/COFINS	-	1
	<u>-</u>	<u>2</u>

d) Outros Realizáveis

Referem-se aos direitos a receber da Gestão Administrativa decorrentes de custeio administrativo do plano.

	2021	2020
Transferência de recursos do plano para o PGA ⁽¹⁾	-	34

(1) Registra valor de transferência de recursos entre Plano e PGA a serem realizadas

7. Realizável – Investimentos

	2021	2020
Títulos Públicos	96.178	87.127
Notas do Tesouro Nacional – NTN B	96.178	87.127
Fundos de Investimento	324.546	336.211
Renda Fixa	263.323	265.047
Ações	31.819	29.942
Multimercado	21.190	34.336
Exterior	8.214	6.886
Empréstimos e Financiamentos	16.984	21.541
Empréstimos ⁽¹⁾	16.984	21.541
	437.708	444.879

(1) A Previp possui empréstimos, mas não possui valores vencidos passíveis de constituição de provisão.

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 43/2021, a Entidade classificou parte de sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

A outra parte dos ativos foi classificada na categoria "Títulos mantidos até o vencimento", no qual, através de estudo específico, a Entidade atesta que o Plano de Benefício possui capacidade financeira para manutenção dos títulos públicos federais até os respectivos vencimentos, sem comprometimento de sua liquidez, tendo em vista que o título será remunerado à taxa prefixada no momento de sua aquisição.

Em 31/12/2021 o plano Previp administrava 4 perfis, conforme detalhado a seguir:

Perfil	Qtde de participantes	Ativo Investido	Rentabilidade%
BD	130	112.454	14,81%
Conservador	2.577	178.955	1,21%
Super Conservador	903	48.683	4,29%
Moderado	502	69.016	-0,11%
Agressivo	304	28.600	-3,23%
Total	4.416	437.708	-

a) Títulos Públicos

		31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Vencimento	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Mercado
Títulos Públicos Federais (*)		51.621	96.178	100.774	51.621	87.127	110.448
Notas do Tesouro Nacional		51.621	96.178	100.774	51.621	87.127	110.448
NTN B	15/08/2022	666	1.056	1.059	666	955	1.048
NTN B	15/05/2023	1.352	2.084	2.099	1.352	1.884	2.121
NTN B	15/08/2024	7.514	11.921	12.200	7.514	10.780	12.472
NTN B	15/08/2030	18.406	35.521	37.223	18.406	32.191	40.213
NTN B	15/08/2040	17.136	32.987	34.882	17.136	29.892	39.196
NTN B	15/08/2050	6.547	12.609	13.311	6.547	11.425	15.398

(*) Todos os títulos e valores mobiliários demonstrados acima são classificados na categoria mantidos até o vencimento.

b) Fundos de Investimentos

	31/12/2021	31/12/2020
Descrição	Valor Contábil/ Mercado	Valor Contábil/ Mercado
Fundos de Investimentos	324.546	336.211
Renda Fixa	263.323	265.047
Bradesco Fundo de Investimento RF IMA Geral	65.919	44.263
BRAM Fundo de Investimento DI FED II	96	92
BRAM Fundo de Investimento RF TARGET	39.350	48.088
BRAM FI RF IMA-B 5	-	11.398
BRAM H Fundo de Investimentos Renda Fixa Longo Prazo Volga	9.297	5.327
BRAM Inst FI RF IRFM	869	891
Western Asset Sovereign IV FI Renda Fixa Referenciado Selic	11.031	25.240
Western Asset Prev Inflação Implícita Fundo de Investimento RF	6.162	1.314
Western Asset Prev Fix Target FI Renda Fixa	17.877	18.535
Western Asset Prev Credit RF Fundo de investimento CP	32.083	35.317
Western Asset Prev Invest RF CP Fundo de Investimento	1.416	1.690
Western Asset Prev Fix FI Renda Fixa Crédito Privado	17.762	16.091
Western Asset Prev Inflation Total FI Renda fixa	14.148	10.747
Western Asset Prev Structured Credit FI Renda Fixa Crédito Privado	2.953	2.734
Western Asset Prev Inflation Limited FI Renda Fixa	1.652	853
Western Asset Prev Inflation Plus FI Renda Fixa	1.794	1.191
Western Asset Prev Inflation II Renda Fixa	87	703
Western Asset Prev Debêntures Infraestrutura Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	1.241	690
Western Asset Prev 107 Fundo de Investimento RF CP	284	175
Western Asset Prev 130 Fundo de Investimento RF CP	-	232
Western Asset Prev 137 Fundo de Investimento RF CP	1.428	1.387
Western Asset Prev 141 Fundo de Investimento RF CP	336	400
Western Asset Prev 143 Fundo de Investimento RF CP	5	-
Santander FI RF Absoluto TOP	8.659	8.625
Santander FI IRF-M Títulos Públicos RF	5.914	7.660
Santander FIC FI Ima-b Institucional Títulos Públicos RF	5.607	6.120
Santander FI Títulos Públicos RF Referenciado DI	14.996	12.960
Santander RF Ativo FIC FI	1.614	2.324
Santander FIC IMA-B 5 Tit Públicos RF	743	-
Ações	31.819	29.942
Brad Fia IBRX Alpha	10.753	10.889
Bram Dividendos Fundo de Investimento em Ações	90	99
Bram Small Caps Fundo de Investimento em Ações	4.538	2.501
Bradesco Selecion Fundo de Investimento em Ações	423	513
Western Asset Prev Ibrx Ativo FI Ações	12.760	12.544
Santander Fundo de Investimento IBRX Ações	3.255	3.396
Multimercado	21.190	34.336
Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Plus	21.190	34.336
Exterior	8.214	6.886
Bradesco Global Fundo de Investimento em Ações Investimento Exterior	3.858	3.299
Western Asset Fundo de Investimento em Ações BDR Nivel I	357	293
Western Asset Global Equities FIA IE	3.010	2.449
Santander FI Global MultiEqy IE	-	845
Santander Global Equities Inst. Multimercado IE FIC	989	-

c) Empréstimos e Financiamentos

A Previp concede empréstimos aos seus participantes mediante a utilização de recursos garantidores das reservas técnicas da Entidade, conforme previsto no regulamento do programa de empréstimos.

Os valores empréstimos da Entidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Principal	16.978	21.541
Valores a Regularizar - Repasses	6	-
	16.984	21.541

8. Exigível Operacional – Gestão Previdencial

Registra os valores a pagar relativos à gestão previdencial.

	2021	2020
Benefícios a pagar	70	7
Outras Exigibilidades	-	322
	70	329

a) Benefícios a Pagar

Referem-se aos benefícios a pagar referente a participantes já desligados da patrocinadora.

	2021	2020
Resgates	70	7

b) Outras Exigibilidades

Referem-se a outras exigibilidades da gestão previdencial.

	2021	2020
Transferência entre perfis ⁽¹⁾	-	287
Contribuições recebidas à maior	-	1
Reversão de Recursos para o PGA ⁽²⁾	-	34
	-	322

⁽¹⁾ Registra as movimentações a serem efetuadas entre os perfis de investimentos, respeitando as definições estratégicas da entidade;

⁽²⁾ Registra valor de transferências de recursos entre Plano e PGA a serem realizadas.

9. Exigível Operacional – Gestão Administrativa

Registra os valores a pagar relativos à gestão administrativa.

	2021	2020
Contas a Pagar	61	123
Retenções a Recolher	-	2
Tributos a Recolher	6	9
	67	134

a) Contas a Pagar

Referem-se às contas a pagar relacionadas aos prestadores de serviços.

	2021	2020
Gestores de Investimentos	-	57
Impostos, Taxa e Contribuições	-	3
Auditorias	61	63
	61	123

b) Retenções a Recolher

Referem-se aos impostos a recolher incidentes sobre prestadores de serviços.

	2021	2020
Imposto de Renda sobre Prestadores de Serviços	-	1
PIS/COFINS/CSLL sobre Prestadores de Serviços	-	1
	61	2

c) Tributos a Recolher

Referem-se aos tributos a pagar relacionados à gestão administrativa da Entidade.

	2021	2020
PIS/COFINS a recolher	6	9

10. Exigível Operacional – Gestão Investimentos

Registra os valores a pagar relativos à gestão de investimentos.

	2021	2020
Operação com Participantes	-	28
Retenções de Tributos a Recolher	2	-
Outras Exigibilidades	61	-
	63	28

A Instrução Normativa nº 31 da PREVIC, responsável pela implantação do novo plano de contas das Entidades de Previdência Complementar a partir de 2021, reclassificou as despesas diretas com a gestão dos investimentos para o grupo de investimentos, antes registradas no Plano de Gestão Administrativa, gerando a variação observada nestas rubricas.

a) Operações com Participantes

	2021	2020
Valores a regularizar	-	28

b) Retenções de Tributos a Recolher

	2021	2020
Imposto de Renda sobre Despesas Diretas	1	-
Pis/Cofins/Csll sobre Despesas Diretas	1	-
	2	-

c) Outras Exigibilidades

	2021	2020
Taxa de Administração	58	-
Taxa CETIP	3	-
	61	-

11. Exigível Contingencial – Gestão Previdencial

O Exigível contingencial da gestão administrativa em 2021 e 2020 possui a seguinte composição:

	2021	2020
Benefícios	81	59

12. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do plano, para o pagamento dos benefícios previstos no regulamento:

Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros do Plano com as reservas dos benefícios já concedidos para os participantes já aposentados e pensionistas.

Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros do Plano com os benefícios dos participantes ativos

As estimativas das provisões matemáticas relacionadas ao benefício definido são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade.

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2021 pode ser resumida como segue:

Descrição	01/01/2021	Variação	31/12/2021
Provisões Matemáticas	435.438	(16.204)	419.234
Benefícios Concedidos	163.519	(392)	163.127
Contribuição Definida	74.884	630	75.514
Saldo de Conta dos Assistidos	74.884	630	75.514
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	88.635	(1.022)	87.613
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	83.541	(1.858)	81.683
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	5.094	836	5.930
Benefícios a Conceder	271.919	(15.812)	256.107
Contribuição Definida	264.852	(14.755)	250.097
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/ Instituidor(es)	108.758	(5.484)	103.274
Saldo de Contas - Parcela Constituída Pelos Participantes	150.744	(8.625)	142.119
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	3744	(625)	3.119
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	1606	(21)	1.585
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	7.067	(2.627)	6.010
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	7.067	(2.627)	6.010

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram definidas pela Previp e fundamentadas por meio de documentação encaminhada pela Patrocinadora e por estudos específicos realizados pela Mercer em 16/08/2021 (taxa de juros real) e 22/01/2020 (demais premissas atuariais), que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pela Previp e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, na forma da legislação vigente, encontra-se arquivado na Previp.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 4,89%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Conforme legislação em vigor, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2020 de 10,57 anos é de 3,28% a.a. a 5,08% a.a. para a taxa real de juros. Com base nos resultados dos estudos supracitados, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 3,90% a.a. para 4,89% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 4,89% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2021.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou na redução de R\$ 9.243.980 (8,99%) nas provisões matemáticas de benefício definido do plano.

Informamos que, excetuada a alteração na hipótese atuarial mencionada acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.



13. Equilíbrio Técnico

Superávit Técnico Acumulado – conforme legislação vigente registra o excedente patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios e é alocado em reserva de contingência até o limite definido na legislação, e o valor excedente a este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício.

Déficit Técnico Acumulado - registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

A variação do equilíbrio técnico durante o exercício de 2021 pode ser resumida como segue:

Descrição	01/01/2021	Variação	31/12/2021
Equilíbrio Técnico	8.616	10.219	18.835
Superávit Técnico Acumulado	8.616	10.219	18.835
Reserva de Contingência	8.616	10.219	18.835

O superávit apresentado em 31/12/2021 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2020, originado, principalmente, em função de ganhos atuariais e da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme legislação em vigor, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 9,35 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2021.

O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

Ajuste de Precificação

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit é obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, que tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, e corresponde à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

Informamos ainda que o ajuste de precificação relativo aos resultados do exercício de 2021 é positivo em R\$ 2.881.

14. Fundos Previdenciais

Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar

Constituído de acordo com o Regulamento do Plano pela parcela da Conta de Patrocinadora que não foi utilizada para o pagamento de Benefícios ou dos institutos. Este fundo poderá ser utilizado conforme previsto no plano de custeio da Entidade, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

	2021	2020
Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	1.091	451

Durante o exercício de 2021 e 2020 o fundo de Reversão apresentou a seguinte movimentação:

Descrição	2021	2020
Saldo no início do exercício	451	218
(+) Constituição por participantes desligados	833	758
(-) Desoneração de Contribuições de Patrocinador(es)	(208)	(561)
(+/-) Rendimentos	15	36
	1.091	451

15. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é correspondente a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos.

	2021	2020
Fundo Administrativo	2	265

16. Hipóteses e Métodos Atuariais

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social são as seguintes:

Hipóteses Atuariais	2021	2020
Taxa real anual de juros (1)	4,89% a.a.	3,90% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1)	Não Aplicável	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1)	0,0% a.a.	-
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de capacidade para os salários	Não Aplicável	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade (3)	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral (2)	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez (3)	Não Aplicável	Não Aplicável
Entrada em aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável	Não Aplicável

(1) O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo benefícios de renda vitalícia, o indexador é o INPC do IBGE.

(2) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por gênero.

(3) As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não são aplicáveis na apuração dos compromissos do Plano em função do compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados ser estruturado na modalidade de contribuição definida.

17. Apresentação dos Efeitos da Consolidação

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020.

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro:

	2021	2020
Ativo	855	552
Participação no Plano de Gestão Administrativa	2	265
Plano de Benefícios Previp	2	265
Transferência entre perfis	853	287
Plano de Benefícios Previp	853	287

	2021	2020
Passivo	(855)	(552)
Participação no Fundo Administrativo do PGA	(2)	(265)
Plano de Benefícios Previp	(2)	(265)
Transferência entre perfis	(853)	(287)
Plano de Benefícios Previp	(853)	(287)

18. Recolhimento de Tributos

Imposto de Renda

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- I. Por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- II. Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Essa lei também revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção e recolhimento do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

PIS e COFINS

Devem ser recolhidos mensalmente e são calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios e da parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas) conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.285, de 13 de agosto de 2012 e alterações posteriores.

TAFIC – Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar

Conforme lei nº 12.154 de 23 de dezembro de 2009 e a Instrução Normativa PREVIC nº 1 de 13 de abril de 2010 as entidades fechadas de previdência complementar devem recolher nos meses de janeiro, maio e setembro de cada exercício a TAFIC. O valor da TAFIC é calculado por plano de benefícios, utilizando-se o valor dos recursos garantidores de cada plano e o enquadramento na tabela constante do Anexo V da lei supracitada.

19. Gestão de Riscos e Monitoramento dos Controles Internos

De acordo com a Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004 a Previp adota princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios a Previp gerencia de forma adequada os seus investimentos, além da revisão anual da política de investimentos, e considera a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque para a Resolução CGPC nº13.

A Entidade realiza periodicamente a identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos considerando diversos conceitos e parâmetros:

Risco de mercado: o impacto das variações de preços negociados no mercado financeiro;

Risco de crédito: os riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes;

Risco de liquidez: decorrentes de não disponibilidade de recursos;

Risco de solvência: o risco de ocorrência de déficits futuros;

Risco atuarial: não constituição de recursos garantidores compatíveis com os compromissos atuariais;

Risco operacional: perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos;

Risco legal: ações legais.



20. Transações Com Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Previp podem ser assim consideradas:

- Participantes ativos que optam por aderir ao plano;
- Participantes assistidos em gozo de benefício;
- Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convenio de Adesão para oferecimento dos planos de benefícios para os empregados e Dirigentes;
- Membros do Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve operações com partes relacionadas acima, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes e patrocinadoras, empréstimos e pagamentos de benefícios).

21. Outros Assuntos

a) Reclassificação das Demonstrações de 2020

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábeis e demonstrações financeiras das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

Os principais ajustes realizados para atendimento aos preceitos legais estão descritos a seguir.

- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada e Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios**

Adições: abertura dos valores de Contribuições em: Contribuições Previdenciais e portabilidade.

Destinações: abertura dos valores de Benefícios em: Benefícios, Resgates e Portabilidades

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - 31 de dezembro de 2020

DMPS (Instrução SPC N� 34 / 2009)	
A) Patrimônio Social - início do exercício	424.096
1. Adições	48.367
Contribuições Previdenciais	20.447
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	25.868
Receitas Administrativas	2.033
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	19
2. Destinações	(27.693)
Benefícios	(25.450)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(59)
Despesas Administrativas	(2.184)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	20.674
Provisões Matemáticas	21.511
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(938)
Fundos Previdenciais	233
Fundos Administrativos	(132)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A + 3)	444.770

DMPS (Instrução PREVIC N� 31 / 2020)	
A) Patrimônio Social - início do exercício	424.096
1. Adições	48.367
Contribuições Previdenciais	20.423
Portabilidade	24
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	25.868
Receitas Administrativas	2.033
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	19
2. Deduções	(27.693)
Benefícios	(20.408)
Resgates	(2.767)
Portabilidades	(2.275)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(59)
Despesas Administrativas	(2.184)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	20.674
Provisões Matemáticas	21.511
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(938)
Fundos Previdenciais	233
Fundos Administrativos	(132)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A + 3)	444.770

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - 31 de dezembro de 2020

DMAL (Instrução SPC N  34 / 2009)

A) Ativo Líquido - início do exercício	423.699
1. Adições	47.541
Contribuições	21.673
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	25.868
2. Destinações	(26.735)
Benefícios	(25.450)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(59)
Custeio Administrativo	(1.226)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	20.806
Provisões Matemáticas	21.511
Fundos Previdenciais	233
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(938)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A + 3)	444.505
C) Fundos não Previdenciais	(132)
Fundos Administrativos	(132)

DMAL (Instrução PREVIC N  31 / 2020)

A) Ativo Líquido - início do exercício	423.699
1. Adições	47.541
Contribuições	21.649
Portabilidade	24
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	25.868
2. Deduções	(26.735)
Benefícios	(20.408)
Resgates	(2.767)
Portabilidades	(2.275)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(59)
Custeio Administrativo	(1226)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	20.806
Provisões Matemáticas	21.511
Fundos Previdenciais	233
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(938)
B) Ativo líquido- final do exercício (A + 3)	444.505
C) Fundos não Previdenciais	(132)
Fundos Administrativos	(132)

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - 31 de dezembro de 2020

Abertura dos valores de Saldo de contas - parcela participantes em: Saldo de contas - parcela participantes portada de EFPC (Entidade Fechada de Previdência Complementar) e Saldo de contas - parcela participantes portada de EAPC (Entidade Aberta de Previdência Complementar).

DMAL (Instrução SPC Nº 34 / 2009)	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	444.921
1. Provisões Matemáticas	435.438
1.1. Benefícios Concedidos	163.519
Contribuição Definida	74.884
Benefício Definido	88.635
1.2. Benefício a Conceder	271.919
Contribuição Definida	264.852
Saldo de contas - parcela patrocinador (es) instituidor (es)	108.758
Saldo de contas - parcela participantes	156.094
Benefício Definido	7.067
2. Equilíbrio Técnico	8.616
2.1. Resultados Realizados	8.616
Superávit Técnico Acumulado	8.616
Reserva de Contingência	8.616
3. Fundos	451
3.1. Fundos Previdenciais	451
4. Exigível Operacional	357
4.1. Gestão Previdencial	329
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	28
5. Exigível Contingencial	59
5.1. Gestão Previdencial	59

DMAL (Instrução Previc Nº 31 / 2020)

Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	444.921
1. Provisões Matemáticas	435.438
1.1. Benefícios Concedidos	163.519
Contribuição Definida	74.884
Benefício Definido	88.635
1.2. Benefício a Conceder	271.919
Contribuição Definida	264.852
Saldo de contas - parcela patrocinador (es) instituidor (es)	108.758
Saldo de contas - parcela participantes	150.744
Saldo de contas - parcela participantes portada de EFPC	3.744
Saldo de contas - parcela participantes portada de EAPC	1.606
Benefício Definido	7.067
2. Equilíbrio Técnico	8.616
2.1. Resultados Realizados	8.616
Superávit Técnico Acumulado	8.616
Reserva de Contingência	8.616
3. Fundos	451
3.1. Fundos Previdenciais	451
4. Exigível Operacional	357
4.1. Gestão Previdencial	329
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	28
5. Exigível Contingencial	59
5.1. Gestão Previdencial	59



Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado - 31 de dezembro de 2020

Até o exercício social de 2020 os valores das despesas administrativas eram apresentadas de forma segregada entre administração previdencial, administração dos investimentos, Comuns e Específicas. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais nem no Saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

DPGA (Instrução SPC Nº 34 / 2009)	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	397
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.052
1.1. Receitas	2.052
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.226
Custeio Administrativo dos Investimentos	807
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	19
2. Despesas Administrativas	2.184
2.1. Administração Previdencial	1.243
Serviços de terceiros	1.113
Despesas gerais	37
Tributos	93
2.2. Administração dos Investimentos	941
Serviços de terceiros	897
Despesas Gerais	5
Tributos	39
6. Sobra/insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(132)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(132)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual	265

DPGA (Instrução Previc Nº 31 / 2020)

A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	397
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.052
1.1. Receitas	2.052
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.226
Custeio Administrativo dos Investimentos	807
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	19
2. Despesas Administrativas	2.184
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	2.184
Serviços de terceiros	2.010
Despesas gerais	42
Tributos	132
6. Sobra/insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(132)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(132)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual	265

Diretor Superintendente

Denis Ricardo Teixeira
CPF: 158.577.078-70

Contador Responsável

Marcelo Coelho Ribeiro
CPF: 280.965.108-60
CRC: 1 SP 262446/O-1



Parecer Atuarial

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano Previp, administrado pela Previp - Sociedade de Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2020.

Durante o exercício de 2021, foi aprovada a retirada de patrocínio da Klingele Paper Nova Campina Ltda. (anteriormente denominada Embacorp Soluções em Embalagens de Papel Ltda.) CNPJ nº 32.779.402/0001-22 e da Embacorp da Amazônia Soluções em Embalagens de Papel Ltda., CNPJ nº 04.398.525/0001-88, através da Portaria PREVIC nº 537 de 13/8/2021.

Desta forma, entendemos que este evento não comprometeu a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao plano.

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial e taxa de reajuste dos benefícios) e também as de caráter biométrico (tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e quantidade de dependentes), a depender das características de cada plano.

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	4,89% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,0% a.a.
Fator de capacidade para os salários	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral ⁽²⁾	AT-2000 Basic
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	Não Aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez ⁽³⁾	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

(1) O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE. (2) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por gênero. (3) As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não são aplicáveis na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na taxa real anual de juros, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual o benefício afetado pelas hipóteses adotadas é a renda mensal vitalícia.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram definidas pela Previp e fundamentadas por meio de documentação encaminhada pela Patrocinadora e por estudos específicos realizados pela Mercer em 16/08/2021 (taxa de juros real) e 22/01/2020 (demais premissas atuariais), que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pela Previp e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, na forma da legislação vigente, encontra-se arquivado na Previp.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 4,89% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Conforme legislação em vigor, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2020 de 10,57 anos é de 3,28% a.a. a 5,08% a.a. para a taxa real de juros. Com base nos resultados dos estudos supracitados, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 3,90% a.a. para 4,89% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 4,89% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2021.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou na redução de R\$ 9.243.980 (8,99%) nas provisões matemáticas de benefício definido do plano.

Informamos que, excetuada a alteração na hipótese atuarial mencionada acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o de Capitalização Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano Previp, exceto os benefícios de renda mensal vitalícia, que foram avaliados pelo método Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano Previp.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à legislação vigente, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Previp, a composição do Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2021 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Previp posicionados em 31/12/2021.



Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	439.162.366
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	438.069.517
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	419.234.292
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	163.126.831
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	75.513.810
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	75.513.810
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	87.613.021
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	81.683.004
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	5.930.017
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	256.107.461
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	250.097.655
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	103.274.520
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	142.119.122
2.3.1.1.02.01.03	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	3.118.822
2.3.1.1.02.01.04	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	1.585.191
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	6.009.806
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	6.009.806
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	18.835.226
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	18.835.226
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	18.835.226
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	18.116.017
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	719.209
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	1.092.849
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	1.090.490
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	1.090.490
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.359
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano Previp vigente em 31 de dezembro de 2021, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gerou impacto no resultado do Plano Previp no exercício de 2021.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Previp.

Em atendimento à legislação vigente, informamos que o Plano Previp mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela Previp que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Informamos ainda que o ajuste de precificação relativo aos resultados do exercício de 2021 é positivo em R\$ 2.881.410,75.

Variação nas Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas de Contribuição Definida do plano evoluíram com as entradas (contribuições), saídas (benefícios pagos, resgates, portabilidades, etc.) e rentabilidade auferida.

Relativamente à parcela de Benefício Definido, demonstramos abaixo a variação das provisões matemáticas quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da reavaliação atuarial:

Conta	A - Evolução Teórica	B - Recálculo com hipóteses de 31/12/2020	Variação (B/A-1)	C - Recálculo com hipóteses de 31/12/2021	Variação (C/B-1)
Provisões Matemáticas	102.554.197	102.866.807	0,30%	93.622.827	(8,99%)

Em função da alteração na hipótese de taxa real de juros, as provisões matemáticas atuariais reduziram em 8,99% em relação àquelas calculadas com as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31/12/2020.

Com exceção deste efeito, as provisões matemáticas reavaliadas, quando comparada as provisões matemáticas evoluídas teoricamente com juros, inflação e benefícios pagos, utilizando as mesmas premissas de 31/12/2020, não apresentaram variação significativa, sendo explicada também pela movimentação da massa de participantes aposentados com direito à rendas vitalícias.

Variação do Resultado

A situação superavitária do Plano foi mantido em patamar superior ao resultado obtido em 2020, principalmente em função da redução nas provisões matemáticas causado pelo aumento da taxa de juros, conforme explicado anteriormente neste parecer, em conjunto com a rentabilidade da parcela do Patrimônio do Plano de cobertura dos benefícios de Renda Vitalícia auferida no exercício de 2021 de 14,81%, ligeiramente superior à meta atuarial de 14,46% (INPC 10,16% combinado com a meta atuarial nominal de 3,90%).

Natureza do Resultado

O superávit apresentado em 31/12/2021 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2020, originado, principalmente, da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme legislação em vigor, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 9,35 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2021.

O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

Esclarecemos que, de acordo com o artigo 6.6 do Regulamento do Plano Previp, o Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições das Patrocinadoras, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado das Patrocinadoras antes de se tornarem elegíveis aos benefícios. Este fundo poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2022, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Plano de Custeio e Contribuições para o Exercício de 2022

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano Previp com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com os itens 7.2.1 e 7.2.4 do Regulamento do Plano.

As contribuições totais das Patrocinadoras equivalem à taxa média estimada em 3,86% da folha de salário de participação, ou R\$ 9.294.647 em moeda de 31/12/2021, tendo como base a contribuição e folha salarial da data da avaliação. As Patrocinadoras poderão utilizar o Fundo Administrativo para cobertura parcial da despesa administrativa.

O Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2022, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 7.1.1 do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 2,62% do salário de participação, ou R\$ 6.403.927 (valores anuais), em moeda de 31/12/2021, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pelas Patrocinadoras, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 10% do valor total de contribuições mensais realizadas em seu nome e em nome das Patrocinadoras, incluindo as contribuições voluntárias, com um valor mínimo mensal equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

O Participante que tenha se desligado do Plano com menos de 50 pontos (idade + serviço) e tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), assumirá o custeio das despesas administrativas decorrentes de sua manutenção. O valor da taxa administrativa do Participante Vinculado será equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de março de 2022.

Conclusão

Certificamos que o Plano Previp está superavitário em 31/12/2021. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.

O valor do superávit excedente à Reserva de Contingência foi contabilizado na Reserva Especial para Revisão de Plano. A Reserva Especial para Revisão do Plano não deverá ser destinada de forma obrigatória no exercício subsequente, tendo em vista que não apresenta valor em 3 anos consecutivos.

São Paulo, 03 de março de 2022.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Silvio Lopes da Silva Junior – MIBA nº 1.103

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da Previp- Sociedade de Previdência Complementar

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Previp — Sociedade de Previdência Complementar (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial, a demonstração do ativo líquido e a demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios, por plano de benefício previdencial, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social consolidada, da mutação do ativo líquido por plano de benefício previdencial, do plano de gestão administrativa consolidada para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Previp — Sociedade de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar — CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

— Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

— Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

— Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

— Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

— Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/0-6


Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Parecer do Conselho Deliberativo

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 30 de março do ano de 2022, às 13:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Deliberativo na entidade, os membros do Conselho Deliberativo da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias discutiram e deliberaram sobre os seguintes itens:

a) resultados obtidos em Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria (Plano Previp) administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2021, e plano de custeio para o exercício de 2022;

b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compostas de Balanço Patrimonial (Consolidado), Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstr  o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstr  o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT e respectivas Notas Explicativas.

Baseado nos pareceres da Consultoria Atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda, dos Auditores Independentes da KPMG e do Conselho Fiscal da Entidade, o Conselho Deliberativo deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar os documentos mencionados nos itens “a” e “b”, sem restrições, os quais foram enviados ao órgão regulador (PREVIC) conforme estabelece a legislação e permanecerão arquivados na entidade.

Parecer do Conselho Fiscal

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 30 de Março do ano de 2022, às 11:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Fiscal na entidade, os membros do Conselho Fiscal da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias deliberaram consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas pelos Auditores Independentes da KPMG. Os documentos objeto das deliberações foram enviados ao órgão regulador (PREVIC) conforme estabelece a legislação e permanecerão arquivados na entidade.



Rod SP 340, Km 171
Mogi Guaçu - SP - Brasil
19 3861 8201
19 3861 8151
19 3861 8564
www.previp.com.br

Conselho Deliberativo:

Rodrigo Davoli
Marcelo Nale
Luciana Huneke

Conselho Fiscal:

Ana Ribeiro
Thiago Matos
Fábio Vilas Boas

Diretoria Executiva:

Denis Teixeira
Eduardo Zambon
Mônica Melo
Antônio Salomon

Administração:

Vitor Benossi
Claudinei Oliveira
Elaine Santos
Francylli Prado